

Ata N.º	02/2015
Livro N.º	Folha N.º
6	

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 02/2015 DE 30 DE ABRIL DE 2015

----- Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e quinze, na vila de Vila Nova de Paiva e Salão Nobre dos Paços do Município, após convocatórias individuais e edital afixado nos lugares públicos de estilo, em que se anunciava o dia, hora e local da sessão e a respetiva ordem do dia, realizou-se 2.^a a sessão de natureza ordinária deste órgão deliberativo do Município de Vila Nova de Paiva, do mês de abril do ano em curso.-----

----- Aberta a sessão pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Paulo Manuel Teixeira Marques, eram catorze horas e trinta e cinco minutos minutos, e feita a chamada, verificou-se estarem presentes os seguintes Membros: -----

----- Da Mesa da Assembleia: -----

----- Helena Isabel Mota Afonso Reis, 1.^a Secretária.-----

----- José Luís Lopes Ramos, 2.º Secretário

----- Dos Membros eleitos: -----

----- Pedro Alexandre Afonso de Sousa -----

----- Manuel Morais Ramos -----

----- Ilídio Silva Ferreira -----

----- Mário Jorge Martinho Morgado -----

----- Fernando da Costa Félix -----

----- Rosa Cristina Clara Alves Pinto -----

----- Paula Cristina Sá Nascimento -----

----- Rosa Maria Carvalho dos Santos, em substituição do membro Maria do Rosario Morgado Simões, com suspensão do mandato prevista até 23 de dezembro de 2015.-----

----- José Manuel Afonso Rodrigues -----

----- Diogo Marins Cardoso -----

----- Dos Representantes das Juntas de Freguesia: -----

----- Jorge Manuel Silva Cerdeira, Presidente da Junta de Freguesia de Pendilhe; -----

----- Augusto Marques Moreira, Presidente da Junta de Freguesia de Queiriga; -----

----- Amândio Martinho Salvador, Presidente da Junta de Freguesia do Touro; -----

----- Ilídio Afonso da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas; -----

----- Jorge Manuel Pereira Reis, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira. -----

----- Não compareceram à reunião os seguintes membros: António Manuel Rodrigues Coelho e José Manuel Correia Alves.-----

----- Em resultado da autorização de suspensão do mandato do membro Sr.^a Maria do Rosário Morgado Simões, eleita pela Lista do PPD/PSD, com efeitos até 23 de dezembro de 2015, conforme deliberado em sessão ordinária de 28 de fevereiro, de 2015 foi notificado, nos termos do artº 79 da Lei das Autarquias locais, para a substituir no período de suspensão o membro seguinte da referida lista, Sr.^a Maria Teresa Pereira Marques de Sousa. -----

----- A notificada apresentou entretanto em 28 de abril de 2015 renuncia ao respetivo mandato, nos termos do art.º 76.º da Lei das Autarquias Locais. Nessa conformidade foi notificado o membro seguinte da respetiva Lista, Sr.^a Rosa Maria Carvalho dos Santos, tendo sido verificada a identidade e legitimidade através do respetivo processo eleitoral, sendo eleitora n.º 1155, do recenseamento eleitoral da Freguesia de Pendilhe, no estado civil de casada, de profissão doméstica, natural da freguesia de Pendilhe, residente na Rua do Carreiro Novo, n.º 18 na Freguesia de Pendilhe, portadora do Cartão de Cidadão N.º 09878000, válido até 07.04.2019.-----

----- Em representação da Câmara Municipal esteve presente na sessão o Sr. Presidente da Câmara, José Morgado Ribeiro, em cumprimento do disposto na alínea r), do n.º 1, do art.º 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugada com os n.ºs 1 e 2 do art.º 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- Verificando-se haver quórum, o Sr. Presidente da Mesa deu início aos trabalhos:

-----**PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”**-----

----- **1.1 - Leitura e apreciação de expediente diverso:** -----

----- **a) Expediente recebido** -----

----- O Presidente da Assembleia deu a conhecer e fez-se apreciação do expediente recebido no período compreendido entre 27 de fevereiro e 30 de Abril de 2015.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa informou a Assembleia que o membro Sr. José Manuel Rodrigues, enviou em 28 de abril à Mesa uma Proposta de Recomendação –“IMI Familiar”, tendo a mesma sido reencaminhada por E-mail, naquela data a todos os membros deste órgão deliberativo e colocou a votação a introdução desta proposta de recomendação, na ordem do dia, a discutir antes da Atividade Municipal, o que foi aceite por unanimidade.-----

Ata N.º	02/2015
Livro N.º	Folha N.º
6	

----- **b) Justificação de Faltas de membros da Assembleia Municipal às Sessões do Órgão Deliberativo:**-----

----- Apresentou por escrito, pedido de justificação de falta à sessão de hoje dia 30 de abril, alegando motivos de ordem profissional, o membro Sr. José Manuel Nascimento Correia Alves.-----

----- A Mesa da Assembleia deliberou por unanimidade e escrutínio secreto, aceitar o pedido e justificou a respetiva ausência.-----

----- **1.2 - Outros assuntos típicos do “Período Antes da Ordem do Dia”;** -----

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia inscreveu-se o Sr. Fernando Félix, que referiu o seguinte: -----

“Sr. Presidente e restantes membros da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Caros Colegas Deputados e demais pessoas presentes.

Permitam-me que aproveite este período antes da ordem do dia para:

- solicitar ao Sr. Presidente da Câmara esclarecimentos sumários sobre a evolução dos seguintes processos/assuntos, alguns referidos nas atas das reuniões recentes da Câmara Municipal: rescisão do protocolo celebrado com o “Cantinho dos Animais”; adesão ao Programa Aproximar; Museu Arqueológico do Alto Paiva e Biblioteca Municipal.

- questionar, novamente e no seguimento de intervenções efetuadas por outros deputados em reuniões anteriores, o Sr. Presidente da Câmara se está previsto a realização de algumas obras para resolver a excessiva concentração da água da chuva no cruzamento da frente da GNR, uma vez que ainda recentemente se formou ali um “lençol” que quase impediu a circulação de automóveis.”

----- O Sr. Presidente da Câmara, em resposta às questões que lhe foram colocadas, tendo começado por informar que relativamente à rescisão do protocolo com o “Cantinho dos Animais” foi devida à vontade manifestada pelo Centro de Acolhimento e Recolha de Animais Desprotegidos de Vila Nova de Paiva, que informou que prescindia de todos os direitos . O protocolo era tripartido, município transferia mensalmente a quantia de quinhentos e cinquenta euros, o terreno e as instalações que foram financiadas através da ADLLAP são da União de Freguesias de V. N. Paiva, Alhais e Fráguas. Muito do trabalho já vinha a ser feito por voluntariado, que se veio a constituir como Associação “Amigos do Pêlo”, que vieram junto da Câmara propor a celebração de protocolo para gerirem o Centro de Recolha e Tratamento de Animais. A Câmara Municipal na ultima reunião já aprovou a minuta do Protocolo do qual será dado conhecimento à Junta de freguesia que é proprietária

do edifício do canil. Informou ainda que a partir de agora a transferência da verba de 550,00 € será feita para os “Amigos do Pêlo”, para darem continuidade à recolha e tratamento dos animais abandonados.-----

----- Relativamente ao Programa Aproximar, o Sr. Presidente informou que já em anterior sessão da Assembleia deu informações sobre ele e que ontem decorreu em Leiria uma cerimónia na qual esteve presente juntamente com outros membros da CIMVDL com a presença do Sr. Ministro Adjunto do Desenvolvimento Regional onde foram assinados os protocolos do Espaço do Cidadão que irá funcionar no balcão único da Câmara Municipal até à criação da Loja do Cidadão, que irá integrar serviços da administração central, tais como conservatória, notariado, segurança social e finanças. A CIM vai ter também carrinhas do cidadão que permitirão aos residentes em territórios de baixa densidade o acesso a serviços.-----

----- Quanto à empreitada da biblioteca, o Sr. Presidente informou que a mesma está fisicamente concluída. Neste momento terá que ser lançado o concurso para os conteúdos documentais e mobiliário.-----

----- O problema da acumulação de águas da chuva frente á GNR, é uma questão já antiga e que implica uma remodelação de fundo de todo o centro da vila. A Câmara está a projetar uma ARU – Área de Regeneração Urbana para toda a zona centro da Vila, que logo que estejam abertas as candidaturas a possa apresentar a financiamento.

----- De seguida passou-se à análise da ordem do dia, oportunamente enviada a todos os membros, como segue:-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **a) - Apreciação e votação dos texto definitivo da ata da Sessão ordinária do dia 27 de fevereiro de 2015, aprovada e assinada em minuta na própria reunião.**

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção do membro Sr.^a Rosa Maria Carvalho dos Santos, o aprovar texto definitivo da ata da reunião de 27 de fevereiro do ano de dois mil e quinze. -----

----- **b) 2.^a Revisão das Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento do exercício de 2015** – Proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal do dia 17 de abril de 2015, acompanhada do Relatório de Avaliação e respetivas propostas das instituições bancárias consultadas – Apreciação e votação. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara justificou a necessidade da 2.^a Revisão.-----

----- Não tendo havido inscrições para este ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou-o de imediato a votação.-----

Ata N.º 02/2015	
Livro N.º	Folha N.º
6	

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção dos membros Srs. Fernando Félix, Rosa Cristina Pinto, Paula Sá, e Rosa Santos, aprovar a 2.ª Revisão às GOP e Orçamento para o ano de 2015.-----

----- **c) Prestação de Serviços de Auditoria Externa às Contas do Município de Vila Nova de Paiva do exercício de 2014 no âmbito dos artigos 76.º e 77.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro,** por contrato celebrado em 12 de janeiro de 2015 com a firma Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na lista de Revisores Oficiais de Contas da OROC sob o n.º 92 – Proposta de nomeação da sociedade Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda, como Auditora Externa para as Contas do Município de Vila Nova de Paiva do ano de 2015 no âmbito do disposto nos artigos 76.º e 77.º do regime financeiro das autarquias locais – Proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 14 de abril de 2015, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 17 de abril de 2015 – Apreciação e votação.-----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente acima referida, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) A Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, por deliberação tomada na sessão ordinária que teve lugar no dia 19 de dezembro de 2014, ao abrigo do n.º 1 do artigo 77.º do regime financeiro das autarquias locais (doravante RFAL) aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, retificada pelas Declaração de Retificação n.ºs 46-B/2013, de 1 de novembro, e 50-C/2013, de 11 de novembro, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião ordinária de 21 de novembro de 2014, nomeou a firma Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na lista de Revisores Oficiais de Contas da OROC sob o número 92, com sede na Rua do Loreto, n.º 120, Sobreloja, 5300-189 Bragança, matriculada sob o número 502 525 410, como Auditora Externa das Contas do Município de Vila Nova de Paiva para o ano de 2014 no âmbito dos artigos 76.º e 77.º da mesma lei;

b) Em consequência foi celebrado em 12 de janeiro de 2015 o respetivo contrato de prestação de serviços de auditoria externa, que se rege nomeadamente pelas disposições dos artigos 53.º e seguintes do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de novembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto.

c) A adjudicação embora válida pelo período de um ano a contar do primeiro dia do mês seguinte ao da nomeação da SROC pela Assembleia Municipal, foi feita para a auditoria externa das Contas do Município o ano de 2014.

d) É legalmente admissível a prorrogação do contrato de prestação de serviços, até ao limite máximo de três anos, ao abrigo do art.º 440.º do CCP, por remissão do art.º 451.º do mesmo código.

e) A adjudicação foi feita pelo preço contratual de € 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos euros), a que acrescem € 1.242,00 (mil duzentos e quarenta e dois euros) correspondente ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa de 23%, o que totaliza a importância de € 6.642,00 (seis mil, seiscentos e quarenta e dois euros), sem prejuízo da sua eventual atualização.

Nesta conformidade, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, para submissão à apreciação e votação da Assembleia Municipal, delibere aprovar a presente proposta de nomeação da firma Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda, como Auditora Externa das Contas do Município para o ano de 2015, no âmbito dos artigos 76.º e 77.º da mesma lei, prorrogando-se o contrato de prestação de serviços por mais um ano.”

----- Não tendo havido inscrições para este ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou-o a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe. -----

d) Autorização da Contratação de Empréstimo de Curto Prazo para o ano de 2015 – Proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 14 de abril, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 17 de Abril de 2015 – Apreciação e votação.-----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 14 de abril de 2015, aprovada na reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 17 de abril do ano em curso, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

1. A Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (doravante RFALEI), inscreve no n.º 1 do artigo 50.º, o financiamento bancário de curto prazo como instrumento para lidar com os constrangimentos de tesouraria, devendo ser amortizado até ao final do exercício.

Ata N.º 02/2015	
Livro N.º	Folha N.º
6	

2. O n.º 2 do mesmo artigo 50.º do RFALEI permite, que na sessão anual de aprovação do orçamento municipal, seja deliberado pela assembleia municipal, a aprovação de todos os empréstimos de curto prazo que o município venha a contrair durante o período de vigência do orçamento.

3. O RFALEI não fixa limites de endividamento bancário segmentados em curto e em médio e longo prazo, antes fixando, no seu artigo 52.º, um conceito de dívida total, dado pelo conjunto dos passivos, aferidos a 31 de dezembro de cada ano, por confronto com 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

4. Atento a esta disposição será de considerar que os financiamentos de curto prazo não serão relevantes para o stock da dívida no final do ano, dado que, até lá, terão de ser integralmente amortizados, ficando ora melhor balizados quanto à sua função – gestão de tesouraria – e, portanto, devendo na fixação do seu montante atender-se à sazonalidade da receita, picos de estrangimentos dos meios de caixa disponíveis versus montantes exigíveis em igual período, salvaguardando, sempre, a necessidade, desde logo, por força de lei, de garantir ao longo do exercício, os meios necessários e suficientes à liquidação total do crédito a contratar.

5. De harmonia com a alínea f), do n.º 1, do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais (RJAL) aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as retificações introduzidas pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 1 de novembro, e 50-A/2013, de 11 de novembro, compete à assembleia municipal a autorização de contratação de empréstimos, sob proposta da câmara municipal nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL.

6. Nos termos do artigo 49.º, n.º 5, do RFALEI “o pedido de autorização à assembleia municipal para a contração de empréstimos é obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município”, sendo certo que, face ao inscrito no n.º 4, não é necessária tal demonstração de capacidade de endividamento.

7. Foi feita a avaliação dos meios necessários a uma boa gestão de tesouraria até final do ano de 2015, tendo-se concluído pela conveniência em assegurar uma linha de curto prazo até ao montante máximo de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros), tendo por meu Despacho de 31 de março de 2015, anexo à presente proposta, sido efetuada uma consulta à banca e analisadas as propostas recebidas de três entidades bancárias, conforme Relatório, datado de 14 de abril de 2015, da Comissão

de Avaliação das propostas de crédito, que se anexa à presente proposta, sumariando-se neste as condições fundamentais de contratação que se perspetiva necessária.

8. Da análise feita resulta que a proposta mais favorável ao Município é a apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, como resulta patenteado no Relatório supra mencionado.

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere:

1.º) Nos termos do n.º 3 do art.º 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e respetivas declarações de retificação, ratificar o meu Despacho de 31 de março de 2015 de autorização de consulta à banca.

2.º) Nos termos do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33.º do mesmo Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º daquele Regime Jurídico:

i) Autorize a Câmara Municipal a contrair, em 2015, um empréstimo de curto prazo, em modalidade de conta corrente, até ao montante máximo de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros), em conformidade com a consulta feita à banca e patenteada no Relatório da Comissão de Avaliação das propostas, com prazo máximo até 31 de dezembro de 2015, estando submetido ao regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

ii) Autorize a contratação deste financiamento junto da Caixa Geral de Depósitos, que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, conforme Relatório de Avaliação anexo, para o montante solicitado de quatrocentos mil euros, com um indexante correspondente à EURIBOR a 1 mês, acrescida de um spread de 1,19%, com isenção de quaisquer comissões, sendo que a taxa de juro nominal ficará limitada ao valor mínimo de 1,19%.”

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia inscreveram-se e usaram da palavra os membros a seguir indicados, cujas declarações se transcrevem:-----

O Sr. Fernando Felix referiu o seguinte:-----

“Relativamente a esta proposta de contratação de um empréstimo de curto prazo para “lidar com os constrangimentos de tesouraria” durante o ano de 2015 permitam-me que diga que a mesma me causou alguma surpresa. Isto porque se na última reunião desta Assembleia Municipal ouvi o Sr. Presidente da Câmara a anunciar a detenção por parte do Município de um depósito a prazo, conta que foi algo “propagandeada” até pelo Distrito e que levou alguns atuais e ex-autarcas deste

Ata N.º 02/2015	
Livro N.º	Folha N.º
6	

Distrito a dizerem que também têm ou tiveram contas municipais de depósitos a prazo e não recorreram ao PAEL, solicitam nesta reunião autorização para contraírem um empréstimo que a lei prevê “apenas para recorrer a dificuldades de tesouraria”. Eu compreendo que ao longo do ano surjam alguns “picos” nas necessidades de dinheiro disponível, mas causa alguma estranheza o facto de haver dinheiro para fazer depósitos a prazo e necessitarmos, mesmo depois de aderirmos ao PAEL, de um empréstimo de dinheiro para a “gestão corrente” da tesouraria. Por último digo que se compreende a opção pela Caixa Geral de Depósitos, por ser a proposta mais favorável, questionando apenas, até por não estar habituado a negociar empréstimos quer pessoais quer empresariais, se esta necessidade não seria satisfeita com uma simples “conta caucionada”.

O Sr. Presidente da Câmara informou que atualmente as entidades bancárias não estão a proceder a contas caucionadas. Informou ainda que do valor depositado a prazo já foi utilizada a quantia de duzentos e vinte e cinco mil euros para pagamento de autos de empreitadas cujas comparticipações do PRODER se aguardam, uma vez que se não fossem pagos na hora não teriam financiamento. -----

O Membro Sr. José Manuel Rodrigues, inscreveu-se e usou da palavra para referiu que as condições da proposta do empréstimo em causa são efetivamente vantajosas e que a Câmara Municipal só ganha em manter o depósito a prazo existente na Caixa de Crédito Agrícola Mutuo, cuja taxa de juro é o dobro da do presente empréstimo, o que comprova as boas opções de gestão do Sr. Presidente da Câmara. --

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a contratação de Empréstimo de Curto Prazo para o ano de 2015, nos termos acima propostos. -----

e) Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas do exercício de 2014, e Mapa Síntese dos Bens Inventariados, aprovados pela Câmara Municipal na sua reunião extraordinária realizada no dia 20 de abril de 2015, acompanhados pela Certificação Legal das Contas (CLC) e Parecer sobre as mesmas elaborados pela firma Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda, conforme determina o n.º 3 do art.º 76.º do RFALEI.-----

----- Foram presentes à reunião o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas referentes ao exercício de 2014 oportunamente enviados a todos os membros da Assembleia . -----

----- Relativamente à Execução Orçamental verifica-se no Mapa de Fluxos de Caixa que o montante das Receitas Orçamentais, incluindo o saldo da gerência anterior no montante de € 566.072,56 (quinhentos e sessenta e seis mil, setenta e dois euros e cinquenta e seis cêntimos) foi de € 6.251.801,73 (seis milhões, duzentos e cinquenta e

um mil, oitocentos e um euros e setenta e três cêntimos) e o montante das Despesas Orçamentais realizadas foi de € 6.170.741,77 (seis milhões, cento e setenta mil, setecentos e quarenta e um euros e setenta e sete cêntimos), transitando um saldo para o exercício seguinte no valor de € 647.132,52 seiscentos e quarenta e sete mil, cento e trinta e dois euros e cinquenta e dois cêntimos). -----

----- Relativamente às Operações de Tesouraria, verifica-se no mesmo Mapa que o montante das entradas de fundos, incluindo o saldo da gerência anterior no montante de €394.765,78, se cifrou no montante de € 853.687,99 oitocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e oitenta e sete euros e noventa e nove cêntimos), constatando-se uma saída de fundos no valor de € 537.110,72 (quinhentos e trinta e sete mil, cento e dez euros e setenta e dois cêntimos), transitando um saldo para a gerência seguinte no valor de € 316.577,27 (trezentos e dezasseis mil, quinhentos e setenta e sete euros e vinte e sete cêntimos). -----

----- Conforme Relatório de Gestão, constata-se que: -----

----- a) No exercício de 2014 o Município cumpriu a regra do equilíbrio orçamental definida no n.º 2 do art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, doravante RFALEI, retificada pela Declaração de Retificação n.º 46-B/2013, de 1 de novembro; -

----- b) A dívida total do Município em 2014, incluindo a das entidades relevantes, cifrou-se em € 5.497.920,64 (cinco milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, novecentos e vinte euros e sessenta e quatro cêntimos); -----

----- c) A dívida total do Município, excluindo os empréstimos, se cifra em € 705.895,25, que é inferior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida dos últimos três exercícios, pelo que é respeitada a condicionante prevista no art.º 58.º, n.º 1, alínea b), do RFALEI; -----

----- d) A dívida total do Município ultrapassa a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, que é no montante de € 4.408.634,98. Nesta conformidade, a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) irá informar do facto nomeadamente os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais (art.º 56.º, n.º 1, do RFALEI), podendo o Município contrair (opção facultativa) empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros (art.º 58.º, n.º 2, do RFALEI); -----

----- e) A dívida total do Município não ultrapassa o limite definido no n.º 1 do art.º 52.º, do RFALEI, calculado em € 6.612.952,47 (seis milhões, cento e doze mil, novecentos e cinquenta e dois euros e quarenta e sete cêntimos). -----

Ata N.º	02/2015
Livro N.º	Folha N.º
6	

----- Foi proposto pelo Sr. Presidente naquele Relatório que os resultados líquidos do exercício, no montante de € 1.157.935,57, sejam aplicados, nos termos do ponto 2.7.3.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, somente em reforço de reservas legais (€ 57.987,77), dado não haver necessidade de reforço do património visto o valor contabilístico da conta 5.1 “Património” ser já superior a vinte por cento do ativo líquido. -----

----- Os documentos de prestação de contas elencados encontram-se integralmente elaborados e devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara, fez uma apreciação detalhada dos documentos de gestão em apreço. -----

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros:

O Sr. José Manuel Rodrigues, fez a seguinte análise ao Relatório de Contas do ano de 2014:-----

“Pretende-se, como já é habitual sintetizar a situação económica-financeira do Município, relativamente ao exercício de 2014, considerando alguns pontos e indicadores, numa linguagem menos técnica e mais entendível.

De referir que este exercício de 2014, as contas apresentam uma Certificação Legal de Contas efetuada pela Sociedade de R. O. Contas, cujo parecer deste auditor foi remetido a esta Assembleia Municipal.

1 – Plano Plurianual de investimentos

As grandes opções do Plano (GOP) e o Plano Plurianual de Investimento face ao grau de execução apresentou uma evolução desfavorável em 2014 como a seguir se indica:

PPI - 30,48% (2014), quando em 2013 foi de 47,24% e em 2012 de 50,64%;

GOP – 43,97% (2014), quando em 2013 foi de 59,86% e em 2012 de 56,17%,

Houve uma descida de 17% justificada pela desistência do Centro Educativo de Vila Nova de Paiva, orçado com 1.500.000€.

2 – Evolução da Receita do Município

A evolução das transferências do Orçamento de Estado para o Município em 2014 foi de 3.681.886 €, dividido em 3.332.136 € (transferência correntes) e de 349,750 € (transferência de capital). Houve um acréscimo nas transferências correntes de mais ou menos 300.000€ e decréscimo nas transferências de capital para

cerca de metade face a 2013 (721.733 €), justificado pela reduzida obra realizada em termos de investimento.

O total das receitas corrente, é acrescida pela melhoria das rubricas Imposto Municipal sobre Imóveis que passa de 430.584 € (2013) para cerca de 470.00€ (Δ 9,18%) e do Imposto Municipal sobre Veículos aumentou de 114.289 € (2013) para 170.823 (Δ 49,5%).

As restantes rubricas das Receitas não tiveram variação significativa.

3) Evolução da Despesa do Município

No que se refere à rubrica de despesa do Município, afere-se o seguinte:

Como é sabido a rubrica que mais impacto nas despesas correntes do Município é a despesa com pessoal.

A estrutura da despesa com pessoal cresceu em 2014 (1% face a 2013), mas mantém-se a trajetória de estabilidade desta rubrica que representa 28% da despesa total.

Verifica-se uma diminuição do quadro de trabalhadores do município em menos cinco.

Assim, pode-se aferir que os resultados operacionais correntes do Município evidenciam uma melhoria face a 2013 decorrente da melhoria mais significativa nas receitas do que nas despesas.

4) Área Financeira

1 - Endividamento Bancário/Geral do Município

Neste item a evolução que podemos aferir é a seguinte:

Ao Longo dos exercícios, e podemos iniciar a análise em 2007, o valor da dívida de médio e longo prazos do Município, atingiu em 2014 o valor mais baixo de sempre com 4.792.025 € (- 623.863 €) segundo dados da DGA, na certificação legal de contas o valor é de €4.823.500. Este decréscimo verifica-se pelo aumento (previsto) do serviço da dívida, o que aliás já foi referido em anos anteriores, e também a algumas amortizações entre planos de reembolso (31.500 €). 646.558€ (2014) comparado com 587.057 € (2013).

2 – Outras Dividas a Terceiros (fornecedores, fornecedores de imobilizado, Estado e outros entes públicos, outros credores e G. Cauções).

- Acréscimo verificado em 2014 de 198.647 € justificado pelo peso principal da rubrica outros credores, agravado pelo reforço do montante destinado ao compromisso de realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM) que será liquidado em sete anos – 704.377 € em 2014 e 413.722 € em 2013 (aumento de 70%).

Ata N.º 02/2015	
Livro N.º	Folha N.º
6	

- *Fornecedores de bens e serviços sem operações de tesouraria reduziram para 217.590€, quando em 2013, o valor foi de 312.495 €.*

5 – Rácios de Análise da Estabilidade Financeira da Autarquia

- *Autonomia financeira 23% - valor mais elevado dos últimos cinco anos (quanto maior for maior é a estabilidade financeira).*

6 – Conclusão

O ano de 2014 foi caracterizado pela continuação do processo de ajustamento da economia portuguesa, enquadrado pelo programa de assistência Económico Financeira.

Por seu lado o Orçamento o para o ano e as respetivas contas aqui em análise, foram influenciadas por esta conjuntura.

- *Execução Orçamenta mais significativa na receita corrente 86%, do que na receita de capital 19%, de onde podemos aferir a redução do investimento no período.*

- *Nas despesas, a execução atinge 67% nas correntes e 39% nas de capital*

- *O Município cumpre contudo, o principio orçamental de equilíbrio (as receitas correntes foram superiores às despesas correntes) e representam 26%.*

- *Melhora a estabilidade financeira do Município, verificado no Rácio Autonomia Financeira.*

- *Acréscimo nas transferências em 2014 e redução para cerca de metade do valor de 2013 do Fundo de Equilíbrio Financeiro.*

- *Estabilização do custo com pessoal que tem peso significativo na estrutura dos custos do município.*

Ajustamento gradual do n.º de funcionários da Câmara cumprindo a regra definida para as autarquias (menos cinco pessoas em 2015 – total 121 trabalhadores atualmente).

- Dívida do Município

Decresceu mantendo uma trajetória nos últimos anos fundamentalmente pelo Serviço da Dívida contratada em cada empréstimo, mas no último ano acrescido por amortizações extraordinárias referentes a financiamentos acrescidos a projetos de investimento – 650.000€ foi a diminuição, representando mais 12% da dívida total. Em 31 de dezembro a dívida a bancos era de 4.792.000 €, o limite da dívida passa em 2014 para 6.612.950 €.

Fornecedores c/C diminuiu o que origina uma melhoria do tempo/prazo de pagamento para 45 dias.

Afere-se que nas rubricas principais, que considero estruturantes para o Município em 2014 cumpre com o principio orçamental de equilíbrio e evidencia uma

redução da dívida financeira, derivado dos pagamentos previstos do Serviço da Dívida e a inexistência de novos empréstimos em 2014.”

O Sr. Fernando Félix proferiu a seguinte intervenção:-----

“Relativamente ao Relatório de Gestão e Prestação de contas em discussão, depois das análises e exposições anteriormente efetuadas, cumpre-me o seguinte:

1. Partindo do documento de “Certificação Legal das Contas” elaborado pelo Auditor Externo (a firma Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda), nomeadamente no ponto 7 do item “Reservas”, onde está mencionado que “Encontra-se em curso o processo de arrolamento, inventariação, classificação e valorização dos bens do domínio público e privado, facto que não permitiu concluir satisfatoriamente sobre o valor do impacto nas Demonstrações Financeiras, bem como sobre as asserções, ocorrência, rigor, existência, plenitude, direito, valorização e imputação”, pergunto que processo é este? Quando foi iniciado? E para quando está previsto a sua conclusão?

Relativamente ao mencionado no ponto 8 do mesmo item “Reservas”, onde está mencionado “Apesar das diligências efetuadas, não foi obtida prova da auditoria suficiente e apropriada sobre o desfecho dos processos em tribunal instaurados contra o Município, e consequentemente, sobre a necessidade de constituição de provisões para processos judiciais” pergunto que “diligências” foram estas e perante quem foram efetuadas? Perguntando ainda se o auditor apenas estava a referir-se à “natural” incerteza sobre o sentido da decisão judicial que será proferida nos processos existentes?

2. Por último e de forma sumária, até para não repetir o que já foi dito, digo que as contas de 2014 revelam uma redução significativa do investimento, associada principalmente ao cancelar da execução do Centro Educativo de Vila Nova de Paiva; e à semelhança das contas dos anos anteriores, continuam a revelar uma reduzida taxa global de execução e uma elevada dependência orçamental das transferências intergovernamentais. Revelando também a necessidade de se prosseguir com medidas de controlo e consolidação orçamental, de forma a adequarmos as contas municipais com as exigências legais atualmente em vigor em Portugal. Até porque segundo o Relatório de Gestão em apreciação a “dívida total de operações orçamentais do município” prevista no artigo 52º, n.º 1 do RFALEI, ultrapassava em 31 de dezembro 2014 “1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores” facto este que fez “disparar” o primeiro “alarme” dos “Mecanismos de alerta precoce e de recuperação financeira municipal”, previstos no artigo n.º 56º daquele diploma legal, e leva a que a DGAL informe os membros do Governo

Ata N.º 02/2015	
Livro N.º	Folha N.º
6	

responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais de tal situação financeira.”

----- O Sr. Presidente da Câmara esclareceu as dúvidas suscitadas pelo Sr. Fernando Félix.-----

----- Não tendo havido mais inscrições para este ponto da ordem de trabalhos o Sr. Presidente da Mesa colocou-o a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção dos membros Srs. Fernando Félix, Rosa Cristina Alves Pinto, Paula Sá e Rosa Santos, aprovar os documentos de gestão em epígrafe.-----

----- **d) Proposta de Recomendação – “IMI Familiar”.**-----

----- O membro Sr. José Manuel Rodrigues, eleito pela Lista do CDS-PP, enviou em 28 de abril do ano em curso, ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal uma proposta de recomendação acerca do “IMI familiar”, de redução da taxa do IMI em função do número de dependentes, nos termos previstos no n.º 13 do artigo 112.º do CIMI, na redação introduzida pela Lei do Orçamento do Estado para 2015, aprovada pela Lei N.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, para ser apreciada por este Órgão Deliberativo, e posteriormente remetida ao Executivo Municipal para ser considerada na proposta de fixação do valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis a apresentar em setembro à Assembleia Municipal, para vigorar no ano de 2016, do seguinte teor integral:-----

“O Orçamento de Estado para 2015, a par da reforma do IRS e da nova redução da taxa de IRC, veio iniciar algum desagravamento fiscal para os cidadãos, as empresas e as famílias, decorrente de resultados do esforço percorrido de contenção orçamental, a manutenção do rigor das contas públicas e o crescimento económico.

À semelhança do princípio do quociente familiar, a aplicar no IRS, foi alterado o Código do IMI, introduzindo um benefício fiscal para as famílias com filhos, permitindo aos municípios reduzirem a taxa de IMI em 10% para as famílias com 1 filho, 15% para as famílias com 2 filhos e 20% para as famílias com 3 filhos.

Esta medida, respeitando a autonomia das autarquias locais, permite aos municípios fixar uma redução da taxa de IMI, em função do agregado familiar, ou seja, ponderando o número de dependentes.

Esta alteração ao Código do IMI é mais uma medida pró-família de apoio às famílias com dependentes a cargo, que permite introduzir maior justiça na aplicação deste imposto.

De acordo com a alínea d) do n.º 1 do Art.º 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, “Fixar anualmente o valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis”.

Assim, e com o objetivo de implementar esta medida no Município de Vila Nova de Paiva, venho apresentar a esta Assembleia uma Proposta Recomendação sobre o IMI, de no sentido do Executivo a analisar e implementar a sua integração na próxima fixação do valor da taxa do imposto municipal para o ano de 2016 a ser analisada e votada por esta Assembleia.

Passo a apresentar a proposta, entregue à mesa da AM e constante da ordem de trabalhos.”

----- O Sr. José Manuel Rodrigues, justificou a sua proposta.-----

----- Abertas as inscrições para este ponto inscreveu-se e usou da palavra o Sr. Fernando Félix tendo referido o seguinte: -----

“Relativamente ao assunto abordado por esta proposta de recomendação de “Imi Familiar” o grupo do PSD desta Assembleia Municipal irá (até em consonância com o Grupo Parlamentar do PSD da Assembleia Nacional que em 2013 propôs esta ideia/possibilidade; e com o Governo, liderado pelo PSD, que a introduziu no Orçamento do Estado para 2015) votar a favor por ser uma medida fiscalmente positiva para as famílias. Contudo, e reconhecendo pertinência a algumas reações surgidas aquando do avançar da ideia pelo Grupo do PSD e posterior consubstancialização legal no Orçamento de Estado pelo Governo, cumpre-nos realçar o seguinte: sendo uma medida apresentada como de apoio à natalidade, parece-nos também de muito curto alcance. Isto porque a maioria dos jovens, cidadãos em idade de procriar, deste País e em particular os residentes em Vila Nova de Paiva, estão desempregados ou detêm empregos precários, o que os impede de ter dinheiro quer para comprar casa, quer para pensarem em ter um filho e muito menos dois ou três. A maioria dos jovens destas terras é obrigada a migrar, o que não facilita que tenha por aqui habitação permanente, e um elevado número dos jovens casais que por aqui fica reside em casa dos pais e vai sobrevivendo com o apoio dos mesmos. Neste sentido referimos que atentas as circunstâncias, quer dos jovens casais quer dos reduzidos valores alcançáveis, mesmo que esta recomendação seja acolhida pelo Executivo Municipal, esta medida “saberá sempre a pouco”; pelo que reiteramos que são necessárias e urgentes medidas eficazes de apoio ao emprego, à fixação de pessoas, seja pela redução de impostos (como por exemplo a “participação variável do IRS”) seja pelo fomento da criação de emprego no setor privado.”

Ata N.º 02/2015	
Livro N.º	Folha N.º
6	

----- O Sr. Presidente da Mesa expressou opinião favorável sobre a proposta de recomendação em apreço.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara considera a recomendação meritória e informou que será tida em conta na devida altura.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta de recomendação apresentada, devendo a mesma ser enviada ao Executivo Municipal para ser tomada em conta aquando da elaboração da proposta de fixação de IMI a apresentar a esta Assembleia Municipal em Sessão do próximo mês de Setembro.-----

----- **e) Informação sobre a atividade municipal** nos termos nomeadamente do art.º 25º, n.º 2, alínea c) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: -----

----- Conhecimento dos trabalhos efetuados por administração direta durante os meses de fevereiro a abril do ano em curso, através de documentos elaborados pelos serviços da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU); -----

----- Conhecimento dos textos das atas das reuniões da Câmara Municipal realizadas no período compreendido entre 27 de Fevereiro e 29 de abril; -----

----- Conhecimento da situação financeira do Município, através dos mapas do controlo orçamental da receita e da despesa com reporte ao período de 01 de Janeiro a 27 de abril, extraídos do Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), em uso na Divisão de Administração e Finanças (DAF); -----

----- Conhecimento dos processos judiciais em curso, bem como a fase processual em que se encontram, conforme informação elaborada pelo setor de assessoria jurídica junto da DTOU. -----

----- O Presidente da Câmara referiu que uma vez que a relação da actividade municipal foi oportunamente entregue à Assembleia considera ser dispensável a sua leitura, estando disponível para responder às questões que lhe queiram colocar.-----

----- O Sr. Fernando Felix, interveio para questionar o Sr. Presidente da Câmara acerca de um dos processos judiciais, constantes da informação que recebeu, como segue: -----

“Atendendo à “Lista de Processos Judiciais” que nos foi entregue e relativamente ao processo identificado como: Autor: Ministério Público/ Réu: Município de Vila Nova de Paiva (que se encontrará a aguardar a audiência de julgamento e cujo pedido é: Impugnação de duas coimas no valor total de € 40.500,00 euros em processo da Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e Ordenamento do Território) permitam-me que questione o Sr. Presidente da Câmara

